



## POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR EM SEU CICLO DE FORMULAÇÃO DOS DISCURSOS

Izaias Costa Filho<sup>1</sup> - IFPR  
Maria de Fátima Rodrigues Pereira<sup>2</sup> - UTP

Grupo de Trabalho - Políticas Públicas, Avaliação e Gestão do Ensino Superior  
Agência Financiadora: não contou com financiamento

### Resumo

Esta comunicação é sobre Políticas de Assistência ao Estudante das Instituições Federais de Ensino Superior e faz parte de uma pesquisa já concluída no primeiro semestre de 2015, realizada segundo o instrumental teórico *ciclo de políticas*. De grande valia, esse referencial possibilita análise em processo, dos discursos, da formulação, implementação, resultados e respectivos contextos das políticas em pauta. Em virtude de não haver como tratar de todo esse ciclo, opta-se por uma recorte delimitado na primeira fase do ciclo - discursos e seus contextos, que localizamos na década de 1990. Então, no contexto do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foram realizados debates registrados em atas sobre políticas públicas de assistência ao estudante do ensino superior. Trata-se de uma pesquisa documental. Nesse sentido, as referidas atas foram estudadas, além delas foram consultados relatórios e jornais e livros impressos que possibilitaram responder à seguinte problemática: quais os sentidos dos discursos e debates sobre as políticas em tela? As análises dos documentos permitem considerar que esta política uniu os Pró-Reitores da IFES em defesa de uma universidade pública dentro de um projeto histórico que se assentasse na construção de uma política que levou muito tempo para ser formulada e ainda encontra-se em processo de amadurecimento. É possível apontar que entre as muitos argumentos na defesa das políticas de assistência ao

---

<sup>1</sup> Izaias Costa Filho é mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Faz parte do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Pesquisa a Política Pública de Assistência aos Estudantes. Sua dissertação de mestrado intitula-se: Políticas de Assistência ao Estudante: Formulação e Implementação no Instituto Federal do Paraná (2008-2014). E-mail: izaias.filho@ifpr.edu.br.

<sup>2</sup> Maria de Fátima Rodrigues Pereira é doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas faz parte dos Grupos de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR); Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE – UEL); Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas Educacionais e Movimentos Sociais (UnC) e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, do qual é líder. Pesquisa Formação de professores na perspectiva de História, Trabalho e Educação. Sua tese de doutorado intitula-se: Formação de Professores em Nível Superior no Estado de Santa Catarina (1960-2002): Controle e Desoneração do Estado. E-mail. maria.pereira@utp.br.

estudante está a democracia, a formação cidadã e os direitos sociais. Explicar estes sentidos e apontar seus conteúdos são objetivos desta comunicação e assim contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas.

**Palavras-chave:** Política de Assistência aos Estudantes. Ensino Superior. Ciclo de Políticas.

## **Introdução**

As políticas de assistência ao estudante implementadas em nosso país foram resultado de muitos esforços realizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a partir da década de 80. É o Estado implantando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Trata-se de políticas sociais, implementadas por meio das políticas públicas voltadas em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas no seio do modo como se produz a vida.

A atuação dos Pró-Reitores inscreve-se no movimento docente, e observa-se que o FONAPRACE vai nesse caminho, formulando as políticas de assistência ao estudante, enfrentando e arrancando garantias dos governos no sentido de formulação e implementação dessas políticas.

Os discursos a que nos referimos, que expressam influências e disputas que se analisam segundo a categoria ciclo de políticas, iniciam em 1993 durante o governo Itamar Franco e foram registrados em documentos como: atas, relatórios, jornais, revistas e livros dos encontros realizados. É com base nestes documentos que esta pesquisa é realizada, com a contribuição dessa categoria de análise que é ciclo de políticas na sua primeira fase, onde há muitas influências e na formulação dos discursos.

A análise desses documentos e o processo de suas elaborações possibilitam dizer que o tema estudado em contexto de formulação de ideias, discursos e narrativas para a formação de consenso em torno da elaboração de uma política pública de assistência ao estudante.

A necessidade dessa política pública já vinha sendo anunciada até um pouco antes da década de 1990. Efetivamente, já na década anterior, no contexto da abertura política, quando se debatia como efetivar e ampliar a democracia no país os Pró-Reitores expressavam isto, portanto não é um movimento estranho, advindo do nada, ele faz parte do próprio processo histórico, uma vez que o movimento docente estava debatendo exatamente as práticas democráticas para a universidade.

Neste contexto do ciclo de política na sua primeira fase, no conjunto dos discursos elaborados nestes documentos é possível observar três grandes formulações: a democracia, a formação da cidadania, a concepção de uma política como um direito social, no lugar de uma política assistencialista, efetivada como política de Estado.

### **Os primeiros discursos: democracia e formação cidadã na defesa das políticas de assistência ao estudante**

Consideram-se, neste estudo, os documentos produzidos entre 1993 e 2001 expressão da Política de Assistência ao Estudante que compõem o ciclo de políticas na sua primeira fase, ou seja: momento em que os discursos políticos são construídos, quando grupos de interesses disputam e influenciam os debates sobre a assistência ao estudante. A abordagem ciclo de políticas possibilita compreender e explicar as políticas de Assistência ao Estudante em processo, o que se faz neste texto.

Duas formulações aparecem nos documentos elaborados pelo FONAPRACE: democracia e cidadania. E isto está em consonância com o que o movimento docente defendia, pois se a década de 1980, “[...] não foi tão fértil para o capital como as duas décadas anteriores, foi rica na atuação das manifestações e reivindicações de classe e dos movimentos sociais” (PEREIRA, 2010, p. 140). Neste sentido, considera-se que o movimento docente teve importância decisiva na defesa da escola pública, da gestão democrática, da formação cidadã. Cada vez com maior intensidade e mediante diferentes estratégias, os diversos atores do campo educacional, sobretudo os docentes sindicalizados, confrontaram com os governos através de uma permanente e cíclica luta para instalarem suas demandas e necessidades na agenda da política pública (GENTILI; SUÁREZ, 2004, p. 45).

De acordo com Pereira (2010, p. 169), estudando a formação de professores, a oposição e resistência à desoneração e ao controle do Estado na formação de professores em nível superior – na década de 1980, os termos democracia e cidadania se inseriam como os dois grandes motes do movimento dos docentes.

Também isso (cidadania e democracia) fica evidente na Proposta de Política de Apoio ao Estudante, já expressa na ata da primeira reunião de trabalho do FONAPRACE em junho de 1993, em Brasília. Este documento expõe o resultado de diversos debates que vinham sendo realizados desde novembro de 1985, desde, portanto, o 1º Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária.

O estudo dos documentos autoriza a dizer que o FONAPRACE já em sua primeira reunião defendeu uma política de apoio ao estudante que era vislumbrada desde 1985. Na proposta do FONAPRACE sobressai uma preocupação com o atendimento aos estudantes oriundos de famílias de baixa renda, seu acesso e permanência na Universidade.

Os Pró-Reitores deixaram expresso nas atas o compromisso com a expansão da oferta de vagas, preenchendo as que estavam em aberto e com aberturas de cursos noturnos. Contrapunham-se, assim, a orientações que emanavam dos organismos multilaterais de alocações de recursos quase que exclusivamente para a educação básica.

Para fundamentarem seus argumentos a favor das políticas de assistência ao estudante, as IFES apresentaram, em 1993, por meio de seus Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis em reunião do FONAPRACE, um diagnóstico com dados dos estudantes, baseado nas matrículas em suas instituições. De acordo com estes dados havia um aumento da demanda por ensino superior por parte de jovens oriundos do interior do país e de escolas públicas.

Com base nesse diagnóstico defendiam esforços no sentido das Universidades ampliarem vagas para o acesso e permanência de alunos de baixa renda e que era necessário apoio concreto do Estado na formulação e implementação de programas que visassem minimizar as desigualdades sociais, pois, o “[...] compromisso efetivo do Estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência do aluno de baixa renda na Universidade [...]” (FONAPRACE, 1993, p. 2).

O Estado, então, comprometia-se com a educação pública e gratuita somente para o ensino fundamental, sendo que, que os demais níveis, eram reservados predominantemente de acordo com a política neoliberal, ao setor privado. Para Kuenzer (2011, p. 69) ocorre uma contradição no discurso da democratização do ensino, pois “[...] ao falso discurso da necessidade da extensão da oferta de educação básica e profissional de qualidade para todos, o Estado responde adequadamente com uma política educacional restritiva para os níveis posteriores ao ensino fundamental”.

A formação para cidadania estava posta para o FONAPRACE e era uma das pautas do movimento docente. Fica demonstrado o embate que solicitavam os Pró-Reitores, ou seja, uma formação cidadã contra as políticas neoliberais, que na prática pregavam melhorias da educação, porém se desenvolvia com parâmetros diferentes dos seus discursos, com poucos recursos para atendimento da assistência ao estudante.

Havia positividade na preocupação do FONAPRACE na defesa de uma política de assistência ao estudante, para a garantia da educação segundo o que rezava a Constituição de 1988, a formação para a cidadania. Opunham-se, os Pró-Reitores, ao que orientava essas políticas onde a valorização de um “individualismo extremado e exacerbada priorização do privado/econômico frente às outras dimensões do humano são suas características mais aparentes” (Goergen, 2013, p. 735). Os elementos que orientavam as políticas educacionais liberais decorriam, em parte, de diretrizes emanadas dos organismos mundiais, em que educação superior era condicionada à diminuição do gasto público, concomitantemente aumento da participação da iniciativa privada.

Na conjuntura histórica que o Brasil atravessava na década de 1990, prevalecia a compreensão que, para ser democrático “[...] tinha que contar com a participação de todos os envolvidos com a educação. Democracia significava participação” (PEREIRA, 2010, p. 154).

Mas qual tipo de participação defendia o Ministério da Educação (MEC)? Afinal “[...] há que se perceber que a participação pode tanto se prestar para objetivos emancipatórios, de cidadania e de autonomia dos sujeitos, como para a manutenção de situações de centralização do poder decisório e do controle de muitos por poucos” (MEDEIROS; LUCE, 2006, p. 03).

De acordo com Oliveira (2001, p. 95):

Diante de grandes pressões populares pela democratização, sobretudo da educação básica, implicando a exigência de seu acesso, mas também na qualidade de seus serviços – fator indispensável à permanência dos alunos na escola e à conclusão de sua escolaridade -, o Estado procura atender de forma ambivalente a essa demanda. Por um lado, dispõe de medidas que procuram das respostas imediatas às manifestações sociais mais patentes e, por outro, tenta compatibilizar o atendimento das demandas com uma política de contenção dos gastos públicos se, contudo, abrir mão da direção do processo de mudanças.

Ora, é nesse contexto de embates que os Pró-Reitores unidos afirmavam seu posicionamento na defesa da escola pública, de condições para atendimento aos alunos, formação para a cidadania e garantia dos seus direitos sociais o que implicava “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, conforme o previsto no Art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), para tanto era necessário que se formulassem e implementassem políticas educacionais.

### **Política de Assistência ao Estudante - um direito social**

De acordo com o contexto de influência, conforme ciclo de política, captam-se os sentidos dos documentos. No primeiro documento analisado, ou seja, a proposta para uma

política de apoio ao estudante, de 1993, as preocupações eram referentes à expansão das Universidades, à democratização do ensino, à formação para a cidadania para alunos oriundos de famílias de baixa renda, seu acolhimento em programas que minimizassem as desigualdades sociais. Nos anos seguintes, os documentos emanados das reuniões do FONAPRACE expressam a defesa de uma política pública de assistência ao estudante, a partir de 1995, claramente, como um direito social não como assistencialismo. Além disto observa-se o cuidado em produzir argumentos, com em pesquisas, que pudessem justificar as políticas ora propostas, nem sempre bem acolhidas pelo governo federal. De um lado, o FONAPRACE defendia mais recursos para as políticas de assistência ao estudante para que se efetivasse a oferta da educação, um direito social, de outro o governo renitente. Essa tensão ocorre, de acordo com Arroyo (2011, p. 276), “[...] entre uma educação amarrada ao mercado e conseqüentemente pobre, estreita, e a possibilidade de um projeto educativo vinculado ao avanço da consciência do direito”.

Cabe lembrar que no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) “é preconizada a política de desenvolvimento econômico em detrimento da garantia dos direitos sociais” (FORTUNA, 2007, p. 234).

A defesa de políticas públicas da assistência estudantil como direito social, por parte do FONAPRACE, aparece, claramente em documento de 1995: *Política Social nas Pró-reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES – Princípios*, cuja análise, atendendo à categoria ciclo de políticas, possibilita dizer que os Pró-Reitores intensificavam sua luta, a partir de postura pautada nos direitos sociais.

Nota-se a preocupação da coordenação do FONAPRACE com os rumos que a política nacional apresentava e seus reflexos com a diminuição dos investimentos das IFES e, portanto, nas políticas de assistência aos estudantes, conforme já citado, com o investimento direcionado à educação básica e ao superior direcionado à privatização.

A partir deste documento, o discurso dá ênfase à preocupação com os rumos que as Universidades estavam tomando na conjuntura do governo FHC e seus compromissos com organismos mundiais pautados em uma política neoliberal, em detrimento dos direitos sociais.

No governo FHC:

[...] a garantia dos direitos sociais não deixaria de ser uma forma de tutela aos pobres, mas momentaneamente necessária, desde que se reduzisse a um mínimo de benefícios atrelados a contrapartida e a um “rígido” gerenciamento dos “gastos” sociais, cujo melhor resultado seria o de propiciar aos “pobres” a oportunidade de não depender mais de tais benefícios (SILVA, 2012, p. 191).

Nos anos seguintes houve preocupação do FONAPRACE em realizar e apresentar pesquisas que demonstrassem o perfil dos estudantes das IFES brasileiras.

Segundo a Revista comemorativa<sup>3</sup> dos 25 anos do FONAPRACE (2012), esta pesquisa foi contra o divulgado pelas notícias da mídia que apontavam que o público que frequentava as Universidades era pertencente a uma classe social que poderiam pagar seus estudos. O FONAPRACE empreende então trabalho junto à mídia e à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior<sup>4</sup> (ANDIFES), como estratégia para a angariar apoio na formulação das políticas de assistência ao estudante. Neste período a verba para a assistência ao estudante advinda do governo federal era muito pouca e “As universidades, de modo geral, realizavam a assistência estudantil, com recursos próprios oriundos das então chamadas taxas acadêmicas pagas pelos estudantes (matrículas e outras), portanto, insuficientes” (FONAPRACE, 2012, p. 47).

Na Reunião de trabalho do FONAPRACE em junho de 1999 foi realizada uma apresentação de todas as instituições presentes com relatos da prática da assistência ao estudante, com os seguintes temas: “Público-alvo da assistência, estrutura e funcionamento dos serviços, maiores serviços prestados, formas de verificação do perfil socioeconômico dos usuários, acompanhamento dos estudantes dos programas, dentre outros” (FONAPRACE, 1999, p. 1). Desta reunião, surgiu um documento com o relato deste encontro.

Neste documento aparece claramente a compreensão da política de assistência ao estudante como política pública, assim: “Ressaltamos a importância de serem criadas as condições necessárias para a divulgação da assistência enquanto política pública, tanto no âmbito da comunidade acadêmica, quanto na sociedade” (FONAPRACE, 1999, p. 1).

A cada novo documento das reuniões dos Pró-Reitores, o FONAPRACE reforça a defesa da criação de uma política pública visando garantir os direitos sociais.

No documento que consideramos, no item *Acompanhamento dos Usuários dos Programas*, fica evidenciada uma tendência de que aqueles estudantes que são beneficiados com os programas deveriam dar contrapartida somente com os critérios acadêmicos, ficando quase unânime esse entendimento que vai contra o “[...] princípio da reciprocidade da justiça

---

<sup>3</sup> “Em comemoração aos 25 anos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), foi lançada a revista História, memórias e múltiplos olhares, que traz um apanhado das ações desenvolvidas em prol da assistência estudantil nas Universidades Federais. A revista foi publicada com o apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior” (ANDIFES, 2012).

<sup>4</sup> A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

liberal, que define a ideia da equidade, ninguém deve receber sem dar nada em troca” (SILVA, 2012, p. 185).

Em síntese: a pesquisa documental realizada possibilita afirmar que o FONAPRACE mantinha-se unido, reivindicando junto ao governo federal políticas de assistência ao estudante, para tal juntavam aos argumentos políticos e sociológicos, dados quantitativos do perfil econômico dos estudantes provenientes de suas IFES. É interessante destacar que o investimento nas IFES por parte do governo federal vinha diminuindo: em 1989 era de 0,97% do PIB, em 1993 era de 0,73% e em 1999 chegou a 0,69% (SGUISSARDI, 2005, p. 213), e isto era um dado preocupante para o FONAPRACE.

### **Estratégias na defesa da Política Pública de Assistência ao Estudante**

Com base nos dados e análises até aqui apresentados, fica evidenciado que a luta por uma política de assistência tornava-se primordial no entendimento do FONAPRACE, porém era preciso uma ofensiva mais forte no intuito de concretizá-la como política de Estado. Uma série de ações foram empreendidas nesse sentido, a partir de julho de 1999.

Neste período, elaborava-se o Plano Nacional de Educação (PNE), e de acordo com o Jornal do Fonaprace na edição de número 01 de novembro de 1999 a assistência estudantil não estava contemplada, ora para resolver essa ausência foi entregue ao relator do PNE de 2001, uma solicitação para a inclusão da assistência ao estudante neste Plano.

Conhecedores da sensibilidade de V. Ex.<sup>a</sup> para o tema em tela, solicitamos especial atenção no sentido de que o Plano Nacional de Educação contemple em suas metas, elementos que assegurem condições para a inserção dos estudantes de menor poder econômico nas atividades fins das Instituições e os meios (alimentação, moradia, transporte, saúde e atividades de convivência) que garantam a permanência desses alunos nas suas graduações. (FONAPRACE, 1999, p. 4).

Além disto, de acordo com a Revista comemorativa dos 25 anos do FONAPRACE, publicada em outubro de 2012, no conjunto das estratégias desencadeadas pelo FONAPRACE, contam-se as visitas no início de 2000, de uma comissão do Fórum a vários parlamentares em Brasília, quando receberam a informação de que a assistência estudantil seria contemplada no PNE de 2001 (FONAPRACE, 2012, p. 25).

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o *Plano Nacional de Educação e dá outras Providências*, foi publicada no Diário Oficial da União na data de 10 de janeiro de 2001, com a seguinte redação no item 4.4 - *Financiamento e Gestão da Educação Superior*: “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais



como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001, p. 34). Esta redação não foi exatamente o que esperava a coordenação do FONAPRACE, “em que pese não concordar com a redação proposta, sentiu-se parcialmente contemplado ao incluir a AE no PNE” (NASCIMENTO; ANTUNEZ, 2012, p. 20).

Por sua vez, na redação do PNE, encontra-se quanto ao tema em pauta: estimular a adoção, pelas instituições públicas, ficou evidenciado que o governo federal, neste sentido, apoiava as IFES para que continuassem a prever com seu próprio orçamento as ações de assistência ao estudante. Com esta redação, o governo não se obrigava a providenciar recursos próprios para a política de assistência ao estudante, e se descompromissavam de criar uma matriz orçamentária específica suficiente para atender à demanda das instituições, atitude esta que manteve a postura dos rumos do governo FHC.

Ainda de acordo com a edição número 01, ano 02, de abril de 2000 Jornal do FONAPRACE, a coordenação nacional esteve em audiência com a Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC e desta reunião ficou definida “uma agenda de trabalho conjunta na elaboração de um Plano Nacional de Assistência” (FONAPRACE, 2000, p. 2).

Na esteira do movimento realizado pelo FONAPRACE, foi formulado em agosto de 2000 o documento: *Assistência Estudantil, uma questão de Investimento*, cujo intuito era fortalecer e sensibilizar as autoridades do governo federal com relação à assistência ao estudante.

Em seus objetivos destacam-se: garantir aos estudantes das IFES públicas a igualdade de oportunidades, proporcionando condições básicas para garantir sua permanência e pleno desempenho acadêmico, desta forma prevenindo a evasão quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas (FONAPRACE, 2000, p. 1).

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) à época, observa-se que somente 37% dos estudantes universitários brasileiros estavam nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, sendo que a maioria era absorvida por instituições privadas e neste sentido, o FONAPRACE defendia ações que minimizem estas desigualdades sociais vivenciadas na conjuntura que se encontrava o Brasil no segundo semestre de 2000.

O conteúdo do documento *Assistência Estudantil, uma questão de investimento*, considera que a assistência estudantil se trata de investimento, pois segundo os pressupostos apresentados são de que aquelas instituições que investem nesta política têm atingido o

objetivo de minimizar as desigualdades sofridas pelos estudantes provenientes de camadas mais desfavorecidas socioeconomicamente. Desta forma o FONAPRACE faz uma série de metas que pretende alcançar: a inclusão de uma matriz orçamentária do MEC para cada instituição para atendimento das IFES; ampliação dos ambientes destinados à AE; estabelecer a vinculação entre as ações de acesso e permanência dos estudantes e consolidar um Plano Nacional de Assistência de acordo com as necessidades levantadas por pesquisa nacional junto as IES (FONAPRACE, 2000, p. 4).

Com as informações do Jornal do FONAPRACE, ano 2, número 3, de agosto de 2000, o documento Plano Nacional de Assistência foi levado em mãos ao poder executivo do governo federal.

Este jornal relata ainda que diversas ações políticas foram realizadas como visitas ao Presidente da Comissão da Educação Senador Freitas Neto, à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e ao então Ministro de Estado da Educação Paulo Renato de Souza.

A partir de todas estas ações, junto com as reuniões dos Grupos do FONAPRACE, fortaleciam-se as estratégias na defesa da assistência ao estudante como política pública de Estado.

Mais, as estratégias traçadas contavam com a união das IFES a força para, como se pode depreender desta matéria no Jornal do FONAPRACE, “A participação de todas as Instituições é que dará o suporte fundamental para que o FONAPRACE tenha o combustível suficiente para representar a assistência estudantil na busca constante da Justiça Social” (FONAPRACE, 2000, p. 3).

No segundo semestre de 2000, o FONAPRACE, de acordo com a edição número 04, ano 02 de seu jornal, com data de 4 de novembro de 2000, detalha ações da política de assistência ao estudantil: atendimento à saúde (psicológica, dependência química, odontológica, médica, gestação precoce, sociológica e doenças infecciosas), cultura, lazer, esportes (Jogos Universitários, festivais, orquestras, teatros), bolsa monitoria, estágio, viagens para participação em eventos, cursos de informática, idiomas, tutorias, qualidade de vida e meio ambiente.

Nesse processo, vão ganhando consistência propostas de Programas que efetivassem as políticas que tratamos.

Neste sentido, do relatório da reunião realizada em julho 2000 com a presença do Sr. Rubens de Oliveira Martins, que à época era Assessor do Departamento de Política do Ensino

Superior da Secretaria de Educação Superior do MEC, destacamos duas propostas realizadas pelo FONAPRACE:

Proposta de programa de bolsas com recursos da SESU/MEC para os alunos de baixa renda identificados pelo perfil sócio-econômico (sic) com contrapartida de prestação de serviços para a IES. Ficou a ser definido o valor e quantidade de bolsas depois do resultado do mapeamento. [...] Discutir a inclusão na matriz orçamentária de recursos para a área de assistência (FONAPRACE, 2000, p. 1).

Identifica-se neste momento que se prevê uma contrapartida pelos estudantes que seriam atendidos com bolsas e também a possibilidade da inclusão na matriz orçamentária do governo federal para atendimento das ações da assistência estudantil nas IFES.

De acordo com a revista 25 anos do FONAPRACE, já citada anteriormente, no final de 2000 foi realizada uma reunião com a SESU com o intuito que fossem garantidos para o ano seguinte uma verba específica, e que estes recursos não onerassem os orçamentos das IFES. Todavia “Apesar da relevante atuação política do FONAPRACE e dos dados apresentados à SESU/MEC, ainda assim, as IFES não conseguiram liberação de verbas por parte do Governo FHC para atender às demandas da Assistência Estudantil” (FONAPRACE, 2012, p. 28).

Mas, o Fonaprace persistia na conquista de uma política pública de assistência estudantil, nesse sentido em 4 de abril de 2001, a coordenação do FONAPRACE à época, encaminhou à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) um documento organizado, resultado das reuniões e estudos, intitulado: *Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior*. “O Plano estabeleceu diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos, e demonstrou aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil” (FONAPRACE, 2012, p. 25). Este Plano tornou-se base para os próximos documentos que efetivaram essa política pública como política de Estado. Cumpria-se o ciclo de políticas de assistência ao estudante, em sua fase de contexto de influências.

### **Considerações Finais**

O FONAPRACE, por vários anos, entre o final da década de 1980 e o início da de 2000, empreendeu esforços para a formulação de uma política de assistência ao estudante.

Em suas reuniões, produziu documentos cujo estudo possibilita apontar que, em tempos de expansão de políticas neoliberais, fez a defesa de uma política pública não como um gasto, mas sim como investimento que não assistencialista, mas como direito social que possibilitasse ao estudante proveniente de camadas mais desfavoráveis socioeconomicamente, acesso à educação superior.

Os argumentos do FONAPRACE, na defesa da política em pauta baseavam-se na própria Constituição de 1998: formação para a cidadania, e educação como direito social, imbricavam-se com as bandeiras do movimento dos educadores.

Já as estratégias para a formulação dessa política foram desde reuniões com os deputados para que a política ficasse expressa no PNE (2001-2011), publicações na imprensa e tratativas com o MEC.

Neste processo os Pró-Reitores mantiveram-se unidos e produziram pesquisas e estudos para justificarem suas reivindicações e propostas.

Os esforços do FONAPRACE, aqui relatados, pode se dizer, foram no confronto contra as reformas implementadas no período das décadas de 80 e 90 e “A luta em torno da educação pública tem se constituído em um elemento fundamental de resistência à implantação das políticas sociais neoliberais na educação brasileira” (DEL PINO, 2011, p. 83) em muito baseadas nas orientações das agências multilaterais como o Banco Mundial, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os documentos analisados manifestam que o FONAPRACE fez uma intensa e persistente luta a favor de uma política de assistência aos estudantes.

Após praticamente décadas, em 2001, a luta do FONAPRACE para a formulação e implementação dessa política começava a se tornar realidade.

## REFERÊNCIAS

ANDIFES. **FONAPRACE lança revista para comemorar 25 anos de atuação**. 2012. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/?p=14045>>. Acesso em: 10 jul.2015.

ARROYO, M. G. Educação em tempos de exclusão In: GENTILI, P.; FRIGGOTO, G. (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), 9 jan. 2001. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/leg.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

DEL PINO, M. A. B. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FONAPRACE. Proposta de política de apoio ao estudante. Ata da 1ª Reunião de trabalho. Brasília: [s.n.], jun. 1993.

\_\_\_\_\_. Revista comemorativa 25 anos do Fonaprace: histórias, memórias e múltiplos olhares. In: Andifes (org.). **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**. Brasília: UFU, PROEX: 2012.

\_\_\_\_\_. Jornal do FONAPRACE. **Boletim informativo**, ano 1, n. 1, nov. 1999. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/jornais.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Jornal do FONAPRACE. **Boletim informativo**, ano 2, n. 1, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/jornais.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Jornal do FONAPRACE. **Boletim informativo**, ano 2, n. 3, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/jornais.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Jornal do FONAPRACE. **Boletim informativo**, ano 2, n. 4, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/jornais.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Assistência Estudantil, uma questão de investimento**. 2000. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist\\_est.html](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html)>. Acesso em: 17 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório reunião SESU**. 2000. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/reu\\_sesu.htm](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/reu_sesu.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2015.

FORTUNA, S. L. A. **Estado e políticas públicas: uma análise sobre o processo de mercantilização dos direitos sociais na atual conjuntura**. Serviço Social & Realidade, v. 16, p. 249-262, 2007.

GENTILI, P; SUÁREZ, D. Conflitos educacionais na América Latina. In: GENTILI, P; SUÁREZ, D. (Org.). **Reforma educacional e luta democrática: um debate sobre a ação sindical docente na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 21-46.

GOERGEN, P. L. **A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado**. Educação & Sociedade, v. 34, p. 723-733, 2013.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para gestão. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 43-72.

MEDEIROS, I. L. P.; LUCE, M. B. Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Org.). **Gestão Escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, C. F. M.; ANTUNES, J. L. L. **Assistência estudantil na UFPEL**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012.

OLIVEIRA, D. A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). **Gestão da educação: impasses perspectivas e compromissos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 91-112.

PEREIRA, M. F. R. **Formação de professores: debate e prática necessários a uma educação emancipada**. Chapecó: Argos, 2010.

SGUISSARDI, V. **Universidade Pública Estatal: entre o público e privado/mercantil**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n.90, p. 191-222, 2005.

SILVA, S. R. **Estado, Educação e Equidade no Brasil: A formação Gerenciada da Cidadania**. Campinas: Mercado das Letras, 2012.